

Vol XVI, Núm 1, jan-jun, 2023, pág. 10-23.

A PRÁTICA REFLETIDA DA LIBERDADE: A EDUCAÇÃO E A AMAZÔNIA THE REFLECTED PRACTICE OF LIBERTY: THE EDUCATION AND THE AMAZON

Se fosse texto circunscrito a leitores próximos, situados e enredados pelas urgências menores do cotidiano, o destino do Judas-Asvero não ultrapassaria o tempo curto e datado do texto jornalístico. Se o Judas-Asvero permanece e resiste aos tempos, foi por ter-se configurado numa ordem alheia àquela que rege a feitura do texto premido pela avidez da publicidade e da leitura de fácil e imediato consumo (OLIVEIRA, 2011, p. 183).

Nelson Matos de Noronha

RESUMO

Mediante a explicitação da ética como disciplina filosófica, pretendo desenvolver uma reflexão a partir da problematização de certas relações entre discursos, representações visuais e manifestações de luto. A aprovação da BNCC evidenciou o vínculo das políticas de educação com as inquietações sobre a credibilidade da ciência, a confiabilidade do mercado e a solidez da democracia. Nesse cenário, a Amazônia se encontra no centro das preocupações das principais forças políticas, econômicas e culturais que disputam a hegemonia territorial, financeira e ideológica do mundo contemporâneo. Problematizamos a concepção trágica e escatológica de Euclides da Cunha como matriz de uma antropologia da Amazônia com o intuito indicar as formas de subjetivação que se efetivam concretamente na região.

Palavras-chave: ética; educação; Amazônia; Euclides da Cunha.

ABSTRACT

By explaining ethics as a philosophical course, it is pretended to develop a reflection from the questioning of certain relationships between speeches, visual representations, and manifestations of grief. The BNCC approval evidenced the link between education policies and the uneasiness about the credibility of science, the reliability of the market and the solidity of democracy. In this scenario, the Amazon is at the centre of the concerns of the main political, economic, and cultural forces that fight for the ideological hegemony of the contemporary world. The tragic and eschatological conception of Euclides da Cunha is herein problematized, as a matrix of anthropology of the Amazon to indicate the forms of subjectivity that concretely take place in the region.

Keywords: ethic; education; Amazonian Country; Euclides da Cunha.

INTRODUÇÃO

Estratégica nas diversas dimensões da existência humana e do planeta, a Amazônia tem sido um locus privilegiado para a problematização da ética. Recentemente, os jornais noticiaram os assassinatos de um jornalista e de um indigenista no Alto Solimões, sobre os quais paira a suspeita de que se trata de uma ação criminosa decorrente de interesses ligados ao tráfico de drogas, à exploração ilegal de madeiras, à mineração e à pesca clandestina (SASSINE, 2022). Outra reportagem denuncia a elevação da taxa de insegurança alimentar no Brasil e mostra que houve um retrocesso de trinta anos, tendo a Amazônia como a região mais afetada do país pelo flagelo (JULIÃO, 2022).

Nos meios de comunicação, nas escolas e na academia, a defesa da Amazônia, a fome e a alegria do povo mobilizam as mentes e os corações, mas as opiniões divergem quando se trata de reconhecer responsabilidades e tomar decisões.

Nosso percurso iniciará com uma exposição sobre a concepção de ética como uma parte da filosofia encarregada de estudar o fundamento dos valores morais e a razão pela qual a humanidade considera imprescindíveis esses valores. Em seguida, incursionaremos pelo campo da história do pensamento social na Amazônia para examinar o potencial dos escritos de Euclides da Cunha para a problematização das questões éticas concernentes à Amazônia. Avançamos na tentativa de esboçar o campo de abrangência epistemológica dos escritos de Euclides da Cunha para deles extrair o núcleo de suas inquietações éticas a propósito das atividades humanas na região. A análise dos aspectos literários e filosóficos desses escritos será complementada por uma reflexão sobre as tentativas de situar o pensamento euclidiano no espectro ideológico do século XX.

Nas considerações finais, retomaremos a provocação inicial para assinalar os problemas éticos abordados por Euclides da Cunha, que ainda ressoam na opinião pública e reverberam no circuito escolar e universitário como conteúdos de ensino e pesquisa.

A ÉTICA COMO DISCIPLINA FILOSÓFICA

A falta de consenso anteriormente apontada é paradoxal, pois tanto o Padre Lancellotti (BETIM, 2020), que denunciou a fome, quanto os defensores do governo que o contestam sustentam que suas opiniões são fundamentadas na ética, isto é, em uma concepção relacionada ao que se considera o bem e o mal. A existência desse paradoxo foi designada como “crise da ética” pelo Professor Selvino José Assmann para advertir sobre as

dificuldades para lidar com a propalada crise ética que, supostamente, assola o Brasil e o mundo. Ora, segundo esse autor (ASSMANN, 2014), a maior parte das pessoas se depara com esse problema porque costuma acreditar que a palavra “ética” possui um significado evidente. Valores fundamentais da cultura, o bem e o mal são indispensáveis para a existência humana. Incontáveis pesquisas já foram empreendidas sem que, até o momento, se tenha identificado alguma sociedade ou um grupo social que não tenha adotado regras pelas quais se distinguem o certo e o errado. De fato, cada sociedade possui suas próprias regras e seus próprios códigos de ética e moralidade, mas nenhuma se exime de impor aos seus componentes obrigações, restrições e/ou prerrogativas acompanhadas de sanções ou vantagens para assegurar o seu cumprimento.

Isso significa que esses valores não são absolutos e nem definitivos. Eles estão ancorados em circunstâncias históricas, mas não deixam de ser vinculados a fatores comuns a todos os seres humanos. Um aspecto é evidente: não existe ética nem moral para os indivíduos que vivem isolados, sem relações intersubjetivas. O bem e o mal só existem em sociedade. Tais valores nos são apresentados mediante códigos, que podem ser escritos ou apenas baseados nos costumes, mas devem ser conhecidos e seguidos pelos membros do grupo. Se, por um lado, a vida em sociedade nos ensina o que é o certo e o que é o errado, que a transgressão de seus limites implica punições e constrangimentos; por outro lado, em determinadas circunstâncias, somos provocados a perguntar o que são esses valores e por que devemos obedecer-lhes ou se há algum motivo para romper com eles? Essas questões circunscrevem a ética como campo da filosofia.

Como mostra o Professor José Alcimar de Oliveira (2011) Euclides da Cunha (1866-1909) tem despertado a atenção dos estudiosos que se sentem intrigados pela sua percepção funesta dos processos de povoamento e dos projetos de civilização pelos quais a região adquiriu o seu contorno atual e as estruturas culturais e políticas que regem as sociedades locais. O desaparecimento trágico e precoce não permitiu ao autor de *Os sertões* finalizar a redação de um livro que, assim como a narrativa da Guerra de Canudos, vingou o sertanejo de suas mazelas e teria a incumbência de proporcionar a remissão do seringueiro amazonense e acreano, mas Hildon Rocha, em 1976, e Leandro Tocantins, em 1986 (HARDMAN, 2009), reuniram, em uma publicação, intitulada *Amazônia: um paraíso perdido*¹ (CUNHA, 2003),

¹ Utilizamos aqui a versão publicada pela Editora Valer e pela EDUA, nas edições do Governo do estado do Amazonas, sob a editoria do Prof. Dr. Renan Freitas Pinto, em Manaus, 2003.

relatórios, depoimentos, correspondências e artigos de sua autoria nos quais constam suas análises, teses e o diagnóstico de que um crime foi cometido contra a natureza e contra a civilização no transcurso das ações de povoamento, urbanização e expansão das instituições do Estado brasileiro na Amazônia.

Acredito que a leitura de textos de autores amazônicos é uma atividade essencial para uma educação filosófica, entendendo como tal não apenas a aquisição de conteúdos sobre os autores, os conceitos, as teses e os sistemas de filosofia, mas, sobretudo, a adoção de posturas e hábitos pelos quais se tem reconhecido a atividade filosófica, como o apreço pela verdade, o diálogo, a crítica, a disposição para mudar de opinião mediante o reconhecimento de equívocos, o rigor e a correção do pensamento, a franqueza e a renúncia aos preconceitos e a outras formas de intolerância. Chamo esse exercício de prática refletida da liberdade para me referir à síntese da ética como disciplina filosófica e uma maneira de viver na prática da filosofia. A figuração da Amazônia nas instituições de ensino e na opinião pública replicam a imagem e o discurso de Euclides da Cunha sobre a região. Entre as tarefas de uma educação filosófica significativa para os estudantes, no Brasil, portanto, se encontra a de examinar e desconstruir os pressupostos dessa maneira de pensar.

EUCLIDES DA CUNHA NA AMAZÔNIA: A AMARGURA E O LUTO

Entre as questões que despertam nosso interesse, ressalta-se a forma pela qual a natureza e a cultura se associam, na perspectiva euclídiana, como dimensões distintas e complementares da história; na verdade, de uma história singular na qual o trágico acomete, reiteradamente, os humanos, os animais, os rios, a terra, as plantas e o cosmos em sua unidade circular. Como um hegeliano tardio, Euclides da Cunha interpreta a história da Amazônia como parte de um processo civilizatório ao longo do qual a barbárie não se deixa revelar nas camadas mais profundas do tempo: suas marcas se apresentam na crueldade feroz dos caucheiros e seringueiros que avançam sobre a selva e os habitantes da floresta para ali fincar as bases de uma nova sociedade, em que a natureza, submissa à ordem civil, deverá ser educada, policiada, tendo como apanágios a cordialidade e a urbanidade.

As questões éticas da atualidade, problematizadas a partir dos dramas da Amazônia, talvez despertem a sensibilidade dos estudantes, pois se trata de acontecimentos cruciais na formação da juventude que reside nas cidades e nas aldeias da região. Segundo Euclides da

Cunha, o povoamento da Amazônia deveria ser conduzido pelo Estado brasileiro e os Estados vizinhos pelos quais se estende o território amazônico, na sequência dos empreendimentos europeus². Nessa perspectiva, os povos indígenas foram tratados como obstáculos naturais, que, assim como as cachoeiras, os vales, as montanhas e as feras, precisavam ser vencidos, aplainados ou dominados para dar passagem e tranquilidade aos colonos e lhes facilitar a fundação de cidades, a abertura de estradas, o encurtamento das distâncias e as ofertas das amenidades da vida urbana. Nesse aspecto, as análises euclidianas não se afastam muito das perspectivas adotadas pelos cronistas viajantes que o antecederam nos séculos XVIII e XIX.

Nesse período, a curiosidade da ciência e da filosofia se voltou para os aspectos exóticos e pitorescos do Novo Mundo para aí coletar incontáveis exemplares e espécimes de minerais, plantas e animais no curso de um programa internacional de pesquisas que provocou a formação de novas maneiras de representar a ordem natural dos seres, como a história natural, de Lineu e Buffon e, posteriormente, a biologia, de Humbolt, Cuvier e Darwin³. Filólogos, linguistas e etnólogos se lançaram igualmente à observação da Amazônia na tentativa de situar os povos indígenas em alguma ordem natural, como fizeram Alexandre Rodrigues Ferreira⁴ e Martius⁵, que os classificaram entre os mamíferos para assinalar os riscos envolvendo os casamentos entre brancos e indígenas para o projeto de uma nova civilização que aspirava se equiparar aos povos mais bem-sucedidos segundo os ideais do Iluminismo.

A novidade do discurso de Euclides da Cunha em relação aos seus predecessores na Amazônia se encontra na evolução de sua sensibilidade e de sua consciência moral. Inicialmente, elas foram pautadas pelo engajamento na diplomacia e na defesa das ondas de ocupação da Amazônia pelos brasileiros, que, a seu ver, faziam bem em desbravar regiões inóspitas para torná-las habitáveis e produtivas. Uma espécie de conversão parece ter ocorrido paulatinamente mediante palavras e gestos de indignação contra os métodos adotados para a extração dos recursos da floresta, a exploração inescrupulosa dos migrantes,

² Ver os artigos *Um clima caluniado* (CUNHA, 2003), entre as páginas 77 e 95, e *Os caucheiros* (CUNHA, 2003), entre as páginas 97 e 115.

³ A esse propósito, consultar os capítulos V, *Classificar*; e VIII, *Trabalho, vida e linguagem*, do livro *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*, de Michel Foucault, de 1966, do qual usamos a versão em português, traduzida por Salma Tannus Muchail, de 1999, da Editora Martins Fontes.

⁴ Ver o artigo de Ronald Raminelli (1998), *Ciência e colonização: viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*, na Revista Tempo.

⁵ Ver o artigo de João Pacheco de Oliveira: *Elementos para uma Sociologia dos viajantes*, de 1987.

a derrota e a erradicação dos povos indígenas e o desprezo dos comerciantes e colonos pela noção de que suas iniciativas precisavam se vincular a um programa de desenvolvimento nacional. Essa mudança de atitude enseja uma reflexão que hoje ainda faz sentido e não deixa de ser familiar aos estudantes locais, pois, daquele mal-estar, muitos elementos permeiam o cotidiano da juventude amazônica, como o abandono dos sítios, das aldeias rurais e dos ribeirinhos, a violência contra os indígenas e os povos tradicionais, a exploração ilegal de minérios, madeira e peixes, a grilagem de terras, a ausência de políticas de educação e saúde, a desqualificação dos saberes tradicionais, a falta de emprego, entre outros.

A seca foi, para Cunha, o fator decisivo das correntes migratórias que esvaziaram o Nordeste de sua população, mas a industrialização, apesar de incipiente na passagem do Império para a República, também contribuiu fortemente para o êxodo dos nordestinos que, para sobreviverem, foram buscar no sudeste e no norte do país condições mais favoráveis. O que o grande escritor testemunhou, no entanto, foi um processo de espoliação marcado pela velocidade, pela amplitude e pela voracidade, o qual, abruptamente, ao longo dos rios amazônicos, levantava dezenas de cidades que, em poucas décadas, foram abandonadas para se tornarem monumentos de uma traição torpe e de uma promessa não cumprida. A peregrinação dos nordestinos foi crucial para a demarcação das fronteiras do país, sobretudo na região Norte. Ela foi indispensável, também, para o progresso das cidades litorâneas do Sudeste, pois forneceu a mão de obra que ali se requisitava para o funcionamento das fábricas.

O sentido trágico de seus escritos parece repercutir antigas vozes, que, segundo o Professor Francisco Foot Hardman, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)⁶, atravessaram as crônicas dos viajantes e os romances que tomaram a Amazônia como palco de suas narrativas. São clamores de amargura e luto daqueles que sucumbiram ao abandono e ao terror produzidos pela devastação ambiental que, tendo-se intensificado no século XVII, alcançou níveis extremamente perigosos no século XX. No século XXI, experimentamos cataclismos que nem mesmo os escritores mais criativos imaginaram.

O luto concerne às ruínas e às sobras da obra predadora dos seringalistas e aventureiros que desbravaram as selvas e estenderam os domínios do Brasil até as fronteiras da Amazônia. Como empreendimento civilizatório, na perspectiva de grande parte dos

⁶ Ver o texto *A Amazônia como voragem da história: impasses de uma representação literária* no livro *A vingança da Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna*, de 2009, entre as páginas 25 e 36.

intérpretes da região, essas iniciativas fracassaram seja pela incapacidade de seus protagonistas em vencer as adversidades da natureza, seja devido ao modo pelo qual se conduziram a fundação das cidades e a organização da estrutura dos serviços urbanos, visando, antes de tudo, amealhar o maior volume possível de riquezas e transferirem-nas para os centros de decisão no sudeste do país ou no exterior, e não a fundação de bases consistentes para a organização do comércio e da indústria locais. O legado desse empreendimento, segundo os cronistas e escritores da região, foi a desolação. A maior parte da prosa e da poesia em que se canta a Amazônia guarda referências a esse sentimento que se expressa pelas ruínas das vilas abandonadas, as figuras esqueléticas dos animais, a desfiguração dos rios, o desmatamento, as queimadas e a depauperação dos indivíduos, deixados na indigência, que perdem os traços mais evidentes da humanidade.

UM MODERNISTA AVANT LA LETTRE

Cunha despertou o interesse dos estudiosos da estilística, os quais o veem como um modernista *avant la lettre* que rompeu com o subjetivismo de Machado de Assis para dar lugar ao conhecimento e à descoberta da realidade brasileira. Essas duas linhas de abordagem parecem se fundir nos textos euclidianos dedicados à Amazônia sob a forma de uma reflexão sobre a história e a evolução, a ação humana e o trabalho incansável da natureza, os rostos dos homens que, modelados pelas relações sociais e pela dinâmica das forças naturais, riscaram a silhueta de uma nova civilização⁷.

Ao lado das críticas dos sociólogos, algumas incursões dos psicólogos tomaram as palavras de Euclides da Cunha como reverberações de uma personalidade marcada por traumas pessoais e tragédias familiares. Em suas representações da realidade brasileira e amazônica, o dilaceramento da natureza e da história assinalaria um *páthos* que destroça os próprios escritos do autor e os torna impossíveis. Sob o ponto de vista da crítica literária, seus textos resvalariam em um vocabulário pretensamente científico, mas fragilizado pela falta de rigor e pela fusão com elementos estilísticos da prosa e da poesia, os quais, embora capazes de cativar o leitor pelo sentimentalismo, não estariam à altura da arte erigida pelos escritores pátrios consagrados.

⁷ A propósito das diferentes leituras de Euclides da Cunha, consultar o artigo *À sombra de um mestre. Gilberto Freyre leitor de Euclides da Cunha*, de Fernando Nicolazzi (2010).

As questões éticas que daí emergem guardam, portanto, o potencial de despertar nos leitores a sensibilidade requerida para transformar os eventos descritos, os comentários sobre os fenômenos naturais, as análises dos traços de caráter dos sertanejos, dos seringueiros e dos indígenas em elementos portadores de significado, isto é, detentores de uma carga simbólica pela qual aqueles que venham a mergulhar nesses textos compartilharão as adversidades, os dramas e as alegrias cantadas pelo escritor. Talvez se diga, contudo, que a Amazônia descrita por Euclides da Cunha não existe mais. De fato, o escritor vaticinou que o destino da região seria a devastação e a violência que, inerentes ao caráter incipiente dos processos de formação da terra e dos rios, anunciam o futuro trágico de seus habitantes. Os analistas de hoje não cansam de repetir que estamos na iminência de testemunhar o desaparecimento da Amazônia tal como esta brotou para os olhos dos cientistas dos séculos XIX e XX, que a reconheceram como uma reserva de biomas, riquezas naturais e moradia de numerosas e diversas etnias. Para Euclides, o atraso civilizatório foi o que despertou seu interesse pelo Nordeste e pelo Norte, concebidos, então, como o grande sertão para com o qual a República possuía o dever de não relegar ao abandono nem ao esquecimento, porque isso implicaria se colocar na retaguarda dos nossos vizinhos que romperam as amarras das monarquias europeias para se constituírem como Estados republicanos (CUNHA, 2003).

A visão trágica da Amazônia euclidiana foi marcada pela observação da força dos rios cuja violência torna instáveis as suas margens e os seus cursos, devasta a vegetação de suas encostas, provoca enchentes, cria várzeas efêmeras e faz proliferar os insetos. O povoamento da região, a seu ver, muito se parece com o fluxo dessas águas, pois avança sem piedade sobre o que encontra pela frente e, atrás de si, nada perdura, ou melhor, deixa rastros, ruínas e sobras com as quais o Estado conta para erguer suas instituições.

A melancolia, assim, tem-se tornado, na escrita científica e na literária, uma característica do ambiente e do povo da Amazônia. Muitos dos precursores de Euclides da Cunha mencionaram-na como um traço inequívoco dos habitantes da região, associando-a ao calor e à umidade, à ausência de diferenças de altitudes, à falta de luz e à monotonia da paisagem, mas, sobretudo, ao aspecto hostil da floresta que parece querer se vingar de seus invasores mediante reações silenciosas, abruptas ou golpes estrondosos contra os que se atrevem a domá-la, arrancar seus segredos, desvendar seus mistérios, mas que se dão conta, inesperadamente, de que mal a conhecem e ainda não estão qualificados para lidar com os seus desafios. Em contrapartida, essas artimanhas da floresta parecem moldar os homens,

conforme dizem os escritores que acreditam que o rancor, a timidez e o ressentimento ocorrem devido ao atavismo dos habitantes da região e que, para o melhor proveito da civilização, é preciso conhecer com profundidade a sua dinâmica e a sua história.

Os escritos de Euclides da Cunha são relatos de quem se encontrava no curso de um processo de descobertas. Em 1905, a Amazônia era tida como desconhecida do público e até mesmo do Estado brasileiro. Os acontecimentos de então exigiam providências para resguardar as fronteiras e assegurar a expansão do território mediante os avanços dos seringueiros, os quais disputavam algumas áreas com os chamados “caucheiros” do Peru e da Bolívia. Além disso, questões de economia tornavam urgentes medidas para a gestão do povoamento e do assentamento dos colonos que se deslocavam para aquela região.

O ENQUADRAMENTO IDEOLÓGICO DOS TEXTOS AMAZÔNICOS DE EUCLIDES DA CUNHA

O historiador Arthur César Ferreira Reis fez a leitura dos textos reunidos para a composição de *Amazônia: um paraíso perdido* sob o crivo do nacionalismo que animou o apoio público ao regime militar que se instalou no país em 1964 (REIS, 2003). Certamente, as impressões e as opiniões do grande escritor disseminadas naquele livro póstumo sobre a Amazônia têm sido interpretadas sob diferentes perspectivas, além dessa pela qual sua obra parece ter sido recuperada com a finalidade de fornecer ao projeto desenvolvimentista um suporte intelectual chancelado pela autoridade acadêmica do eminente autor. Entretanto, lembremos que, entre os contemporâneos de Euclides da Cunha, houve quem apontasse, em seus escritos, muitas afinidades com os discursos do socialismo. Apesar dessas divergências ideológicas, os textos amazônicos de Cunha, inegavelmente, carregam o signo do nacionalismo, temperado com ingredientes éticos, como a intrepidez e o heroísmo, atributos indispensáveis aos desbravadores e aos conquistadores das novas terras.

No contexto em que surgiram os escritos de Euclides da Cunha, o patriotismo comportava um significado com o qual, certamente, já não temos mais a mesma afinidade do público de 1905. No entanto, mediante uma análise de caráter historiográfico, os seus textos nos permitirão compulsar o testemunho de uma inflexão pela qual se introduziu, no cenário político e cultural do país, o protagonismo de sujeitos que, até então, se mantiveram invisibilizados e silenciados, como se não merecessem a atenção da opinião pública nem a

da consciência nacional. A relevância dessa inflexão consiste no fato de ter provocado a inclusão dos nordestinos e dos nortistas entre os sujeitos reconhecidos como brasileiros, possuindo as mesmas prerrogativas cívicas dos habitantes do Sudeste e do Sul.

Por outro lado, o apelo de Euclides da Cunha ao patriotismo se valeu da cizânia lançada, em primeiro lugar, contra os peruanos, contra os quais o Brasil disputava algumas áreas nas regiões do Alto Solimões e do rio Madeira. A tensão suscitada por essa disputa reacendeu as hostilidades nutridas pelos brasileiros contra os seus vizinhos de origem castelhana desde a Guerra do Paraguai. A tensão se acentuou em decorrência do interesse pela coleta e pela comercialização do látex, cujas fontes, a *hevea brasiliense* e a *castilloa elastica*, foram descobertas em grande quantidade na floresta equatorial da América do Sul. A partir da questão acreana, a xenofobia dos brasileiros se endereçou também aos bolivianos. Antes mesmo de incursionar pela Amazônia, Cunha atuou como publicista, redigindo artigos em jornais, nos quais alertava para a gravidade dos conflitos das fronteiras do Norte e os riscos da intervenção estrangeira nas terras amazônicas, que se elevavam, sobretudo, pelo descaso da sociedade e pela falta de assistência do Estado às populações locais.

Sob uma perspectiva civilizatória, segundo Arthur Reis (2003), a visão de Cunha era a de que havia dois Brasis muito diferentes um do outro: o Brasil formado pelo Nordeste e pelo Norte, onde predominava a vida sertaneja; e o Brasil vivido pelos habitantes do Sudeste e do Sul, onde, supostamente, se forneciam a energia espiritual e a força material para a elaboração das bases da nova civilização. A Guerra de Canudos, o êxodo dos nordestinos, os embates com o Peru e a Bolívia parecem ter abalado o comodismo que até então marcaram as atitudes do público intelectualizado do Sudeste e do Sul em face das realidades das outras regiões do país. Euclides da Cunha atuou, sobretudo, como um militante em prol da adoção de políticas de integração, visando à consolidação da unidade nacional e à fusão daqueles dois Brasis, que não se reconheciam nem se relacionavam, o que dificultava a elaboração de um projeto político e social comum. Sua obra não foi a primeira a clamar em favor de um empreendimento com essa finalidade. Entretanto, ela se destaca por introduzir a cidadania como fator crucial para despertar o interesse do público pela Amazônia como parte integrante e indispensável da identidade nacional e do projeto de sociedade almejado pelos brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cena antológica descrita por Euclides da Cunha⁸ enseja para os leitores da atualidade reflexões cruciais para os questionamentos a propósito do sujeito ético. Descrita como uma cena trágica e escatológica, a zombaria organizada e executada pelos ribeirinhos na região do rio Purus contém, inegavelmente, elementos estéticos capazes de suscitar nos leitores um sentimento de elevação espiritual.

No cenário aberto pela BNCC⁹ (BRASIL, 2018), é preciso problematizar a concepção trágica e escatológica do Judas-Asvero de Euclides da Cunha como matriz de uma antropologia da Amazônia com o intuito de indicar as formas de subjetivação que se efetivam concretamente na região.

A prática refletida da liberdade, na leitura de Euclides da Cunha, implica a contextualização desses escritos para demarcar o campo epistemológico do qual ele emergiu. As referências à pujança da floresta, à força dos rios e à instabilidade do clima como fatores determinantes da história e do caráter dos habitantes da Amazônia assinalam a ligação desse pensador com o evolucionismo social, o que se torna evidente pela exposição da tese de que somente os fortes são capazes de vencer as adversidades naturais, econômicas e sociais envolvidas no processo de ocupação da região.

A esse evolucionismo se associa a visão trágica, que se constitui a partir da perplexidade suscitada pelo abandono, pelo esquecimento, pela devastação e pelas humilhações impostas aos colonizadores e à floresta nas empreitadas expansionistas dos Estados que disputavam o território do Acre. Nas experiências trágicas descritas por Cunha, o núcleo da inquietação moral concerne à fé. Fé religiosa, abalada pelo fracasso, pelo sofrimento e pela solidão. Fé política, liquidada pela sujeição insuperável decorrente das cláusulas do contrato assumido com o padrão seringalista. Fé na sociedade, arruinada pela competição ferrenha, pela inveja, pela guerra, pelas ameaças dos índios. Fé na natureza, estremecida pela suspeita de que a fartura e as delícias prometidas pela floresta encobrem mistérios e encantos votados à ruína dos incautos, dos fracos e dos heróis.

Euclides da Cunha nos induz a acreditar que, para tentar obter a remissão de suas

⁸ Ver o artigo *Judas-Asvero*, publicado em *Amazônia: um paraíso perdido* (CUNHA, 2003), entre as páginas 117 e 127.

⁹ Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conforme a Resolução CNE/CP n. 2, de 22 de dezembro de 2017, institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

perdas, o seringueiro da Amazônia brasileira organizou e praticou o ritual da malhação do Judas, impondo à representação teatral desse personagem mítico a sua própria imagem. Essa interpretação, por sua vez, evidencia a maneira perspicaz pela qual o escritor capturou a relação entre a situação singular do homem simples e a dimensão universal do desafio que a Amazônia lança para a humanidade, embora Cunha (2003) tenha se endereçado à sociedade e às autoridades brasileiras sob a crença de que elas desempenhavam o mandato de representantes da civilização contra a barbárie.

Assim, abre-se a possibilidade de incursionar pelas trajetórias de diferentes atores que se destacaram como produtores de marcos civilizatórios pelos quais a Amazônia, sobretudo no estado do Amazonas, tem-se reinventado paulatinamente, não mediante a dialética da ruína e do esquecimento, apontada por Euclides da Cunha, mas por meio de estratégias de empoderamento, resistência e apropriação das bases que hoje apoiam uma ordem social, política e econômica favorável ao desenvolvimento de relações sociais regidas pelos princípios da pluralidade, da justiça social, da sustentabilidade, do desenvolvimento econômico, científico, artístico, da inovação tecnológica e da diversidade cultural.

Aquela imagem denunciou o sentimento de hostilidade da civilização dos séculos XIX e XX contra a floresta, o descaso da sociedade urbana do Brasil para com os habitantes da Amazônia, sentimentos que engendraram ações políticas caracterizadas pela busca da dominação, da devastação e da erradicação dos modos de vida bem-sucedidos da floresta, o que nos faz questionar a vontade de poder que pulsa nos discursos, nas imagens e nas práticas que, no século XXI, ainda reverberam o ritual do judeu errante.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, S. J. **Filosofia e ética**. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração — UFSC; [Brasília, DF]: CAPES: UAB, 2014.

BETIM, F. Padre Júlio Lancellotti: “Não se humaniza a vida numa sociedade como a nossa sem conflito. **El País**, São Paulo, 20 set. 2020. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-20/padre-julio-lancellotti-nao-se-humaniza-a-vida-numa-sociedade-como-a-nossa-sem-conflito.html>. Acesso em: 9 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC,

2018. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf.

Acesso em: 20 set. 2022.

CUNHA, E. da. **Amazônia**: um paraíso perdido. Manaus: Editora Valer, 2003.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HARDMAN, F. F. **A vingança da Hileia**: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

JULIÃO, A. Na Amazônia, fome aumentou em 76% risco de crianças terem covid-19. **Folha de S.Paulo**, [s. l.], 19 jul. 2022. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2022/07/na-amazonia-fome-aumentou-em-76-risco-de-criancas-terem-covid-19.shtml>. Acesso em: 17 set. 2022.

NICOLAZZI, F. À sombra de um mestre. Gilberto Freyre leitor de Euclides da Cunha.

História, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 254-277, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/his/a/6DWXjdSNVBwDmHyZPCDBWCP/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 19 set. 2022.

OLIVEIRA, J. A. de. **Igara, usa, makira irúmu (A canoa, a casa e a rede)**: epistemologia e barbárie na Amazônia em sete ensaios irredentos. 2011. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) — Instituto de ciências humanas e letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

OLIVEIRA, J. P. de. Elementos para uma sociologia dos viajantes. In: OLIVEIRA, J. P. (org.). **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. São Paulo: Marco Zero, 1987. p. 84-148.

RAMINELLI, R. Ciência e colonização: viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira.

Revista Tempo, Rio de Janeiro, n. 6, p. 157-182, 1998. Disponível em:

https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg6-10.pdf. Acesso em: 17 set. 2022.

REIS, A. C. Euclides e o paraíso perdido. In: CUNHA, E. da. **Amazônia**: um paraíso perdido. Manaus: Editora Valer, 2003. p. 7-25.

SASSINE, V. Juiz aceita denúncia de caso Bruno e Dom e aponta descaso e abandono da Amazônia. **Folha de S.Paulo**, [s. l.], 22 jul. 2022. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/07/juiz-aceita-denuncia-de-caso-bruno-e-dom-e->

aponta-descaso-e-abandono-da-amazonia.shtml. Acesso em: 9 ago. 2022.

Recebido: 20/9/2022. Aceito: 7/12/2022.

Autor

Nelson Matos de Noronha

Professor titular do Departamento de Filosofia, do PROF-FILO e do PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), da UFAM.

País: Brasil

E-mail: noronhanelson@ufam.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1196-7682>

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6356531305834444>